

## **Participação, Movimentos Sociais e Políticas Públicas: A sistematização inicial de uma agenda de pesquisa<sup>1</sup>**

## **Participation, Social Movements and Public Policies: The early systematization of a research agenda**

Adriana Cattai Pismel 

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

E-mail: [adrianaalpismel@gmail.com](mailto:adrianaalpismel@gmail.com)

**Resumo:** Desde meados dos anos 2000, pesquisadores têm analisado a aproximação entre movimentos sociais e políticas públicas realizadas ao longo do ciclo de governos do Partido dos Trabalhadores. Este artigo realiza a sistematização inicial de uma parte dos estudos dessa agenda, tendo como objetivo mostrar o quanto essa literatura tem avançado na análise da mútua constituição entre sociedade civil e Estado para compreender o processo de elaboração e implementação de políticas públicas. Os trabalhos analisados foram produzidos por uma rede de núcleos de pesquisa que, desde 2014, tem feito o esforço coletivo de estudar esses casos. Os resultados mostram que essa literatura avançou nos dois sentidos da análise da mútua constituição iluminando, de um lado, os impactos dessa interação sobre a produção de políticas públicas e, de outro, seus efeitos para os movimentos sociais. O estudo também contribui ao apontar caminhos para futuras pesquisas.

**Palavras-Chave:** Movimentos sociais; políticas públicas; participação social.

**Abstract:** Since around the year 2000, researchers have been analyzing the approach between social movements and public policies that happened throughout the Workers Party's cycle of governments. This paper presents the early systematization of part of the studies of this agenda, aiming to demonstrate how much this literature has advanced in the analysis of the mutual constitution between civil society and the State in order to understand the elaboration and implementation processes of public policies. The works analyzed here were produced by a network of research centers that, since 2014, have made the collective effort to study these cases. The results show that this literature has advanced in both directions of the analysis of mutual constitution illuminating, on the one hand, the impacts of this interaction on the production of public policies and, on the other, its effects on social movements. This study also contributes by signaling out paths for future research.

**Keywords:** Social movements; public policies; social participation.

---

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada durante o 43º Encontro Anual da Anpocs, em 2019. Agradeço à Maira Rodrigues e Renata Mirandola Bichir pelos valiosos comentários que colaboraram para o amadurecimento do texto. Aos professores e colegas do Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva (Nepac/UNICAMP) agradeço pelas trocas que instigaram a escrita deste artigo.

## **1. Introdução**

Nosso objetivo é apresentar os principais acúmulos de parte dos trabalhos que se dedicaram à análise da interação entre movimentos sociais e Estado na produção de políticas públicas no Brasil. Essa agenda foi aberta, em meados dos anos 2000, para compreender a atuação dos movimentos no processo de formulação e implementação de políticas públicas criadas durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Período caracterizado por um contexto político nacional que favoreceu a experimentação de interações socioestatais que ampliaram o acesso de setores da sociedade civil a espaços de discussão de políticas públicas (Abers, Serafim, & Tatagiba, 2014).

Visando colaborar com essa agenda, realizamos a sistematização de um conjunto de estudos para mostrar suas contribuições e os possíveis caminhos pelos quais futuras pesquisas podem avançar. Sabemos que outros pesquisadores têm se dedicado a essa temática, porém não foi possível fazer o exame cuidadoso de toda essa literatura devido ao limite de páginas. Por isso, nos concentramos na análise dos estudos realizados, entre 2014 e 2018, por uma rede formada por quatro grupos de pesquisa<sup>2</sup>: GPACE – Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); NDAC – Núcleo de Pesquisa Democracia e Ação Coletiva, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap); Nepac – Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); e Resocie – Grupo de Pesquisa Repensando as Relações entre Sociedade e Estado, da Universidade de Brasília (UNB).

Apesar de ser internamente heterogênea, essa rede tem feito o esforço coletivo de entender essas interações guiada por dois pressupostos. Primeiro, entendem os movimentos sociais como atores/redes que participam de “processos relacionais e experimentais de política pública, disputando seus resultados” (Tatagiba, Abers, & Silva, 2018, p. 106), como forma de democratizar o acesso a direitos. Portanto, essas análises iluminam a ação de atores vindos de setores subalternos que se esforçam para incidir nas políticas públicas. Segundo, são orientados

---

<sup>2</sup> Os principais produtos desse trabalho coletivo podem ser encontrados nos livros organizados por Tatagiba e Teixeira (2019a) e Gurza Lavalle, Carlos, Dowbor e Szwako (2019) e no dossiê organizado por Abers e Tatagiba (2018) na revista Lua Nova.

pelo pressuposto da mútua constituição entre Estado e sociedade civil (Gurza Lavallo, Houtzager, & Castello, 2012). Isso significa que a capacidade de ação de atores sociais e estatais é construída ao longo das interações realizadas entre eles.

Assim sendo, verificamos como essa literatura avançou nas duas direções da análise da mútua constituição. Ou seja, iluminar, de um lado, os impactos dessa interação sobre a produção de políticas públicas e, de outro, os efeitos disso para os movimentos. Conforme mostramos neste artigo, esses estudos fizeram importantes contribuições nas duas direções, porém ainda há uma dimensão que precisa ser explorada mais sistematicamente: o impacto que essa participação provoca nas dinâmicas internas dos movimentos.

Este trabalho está dividido em mais três partes para além desta introdução. Na segunda parte, apresentamos os avanços da literatura brasileira em relação à literatura clássica internacional de movimentos sociais sobre a análise da aproximação entre movimentos sociais e Estado. Na terceira, comentamos o contexto que instigou a abertura da agenda de participação, movimentos e políticas públicas, e apresentamos como essa produção avançou nas duas direções da análise da mútua constituição entre sociedade e Estado tendo as políticas públicas como produto. Por fim, tecemos algumas considerações finais e apontamos alguns caminhos para futuros estudos podem avançar.

## **2. Dos pressupostos clássicos à literatura brasileira**

Parte considerável da literatura clássica internacional de movimentos sociais que se dedicou à compreensão das interações realizadas entre esses atores da sociedade civil e o Estado via essa aproximação com desconfiança. Para a teoria dos novos movimentos sociais sociedade civil e Estado era concebidos como campos distintos. Por exemplo, Melucci (1989) entendia que os movimentos eram autônomos em relação ao sistema político e sua função era revelar projetos e dar visibilidade aos problemas fundamentais da sociedade. Essa visão autonomista fazia com que sua aproximação do Estado fosse vista com desconfiança, pois os atores sociais poderiam perder sua capacidade de transformação social caso se deixassem absorver pelo sistema político.

Para os teóricos da abordagem do processo político, os movimentos sociais eram entendidos como *outsiders* do campo político-institucional que buscavam promover mudança social pressionando o Estado desde fora (Tarrow, 1997). Segundo Gurza Lavalle et al. (2019), vários autores dessa perspectiva, e de outras que vigoraram nos Estados Unidos, associavam a institucionalização das demandas dos movimentos com sua desmobilização. Logo, ao optar por se aproximar do Estado, um movimento social poderia sofrer alterações que levariam a “rotinização, previsibilidade, formalização, profissionalização e oligarquização da ação coletiva” (Gurza Lavalle et al., 2019, p. 38).

As escolhas feitas por essas teorias – de essencializar os movimentos sociais, valorizar sua autonomia em relação ao sistema político e destacar a interação confrontacional – levaram os autores a deixar de fora da análise uma gama de interações complexas não confrontacionais realizadas entre movimentos sociais e Estado, e a associar o processo de institucionalização dos movimentos com sua cooptação e desmobilização, conforme foi sintentizado por Gurza Lavalle et al. (2019), Meza e Tatagiba (2016) e Tatagiba (2009).

Embora essas análises ainda tenham peso, a literatura foi construindo uma leitura mais complexa sobre essas aproximações. Novos estudos mostram que não necessariamente o processo de institucionalização dos movimentos resulta em cooptação ou desmobilização. Mais ainda, indicam que o uso combinado de práticas contenciosas e colaborativas no diálogo com os atores estatais pode fortalecer os movimentos e suas reivindicações. (Goldstone, 2004; Banaszak, 2005).

No caso brasileiro, e latino-americano, entre os anos 1970 e 1980, a literatura foi fortemente influenciados pela teoria dos novos movimentos sociais e a teoria marxista, que tenderam a conceber os movimentos como “atores antissistêmicos que atuavam essencialmente através da ação coletiva confrontacional, tendo no Estado um alvo ou adversário central” (Abers et al., 2019, p. 10). Buscando justificar a “novidade” desses atores e suas “novas” formas de fazer política, os autores realçaram as dicotomias entre os movimentos sociais e o sistema político e negaram a existência de vínculos entre esses campos (Tatagiba, 2009). Como resultado da incorporação dessa visão autonomista dos movimentos, qualquer interação não

contenciosa entre atores sociais e estatais era lida pela chave da cooperação ou deixada de fora da análise.

Durante a redemocratização, apesar da existência de estudos que mostravam que os movimentos combinavam o uso de táticas conciliatórias e conflitivas ao interagirem com atores estatais (Cardoso, 1987), a perspectiva autonomista permaneceu predominante nos estudos brasileiros. Mesmo nos anos 1990, quando o crescimento de governos municipais do PT favoreceu a criação de experiências que aproximaram governo e movimentos sociais – como orçamentos participativos e conselhos gestores –, a maioria dos estudos sobre instituições participativas buscou destacar o potencial emancipatório dessas arenas e de radicalização da democracia. Até o começo dos anos 2000 essa perspectiva foi hegemônica nos estudos de movimentos sociais.

Em 2003, a chegada do PT ao governo federal intensificou o trânsito de atores sociais para cargos governamentais, exigindo que a literatura dedicasse maior atenção a esse fenômeno. Esses estudos contribuíram para iluminar a existência de um ativismo que se dá no cruzamento das fronteiras entre Estado e sociedade civil (Abers & Von Bülow, 2011), e têm desvelado processos políticos e mecanismos de atuação dos movimentos sociais em meio aos governos e às burocracias (Abers et al., 2014; Pires & Vaz, 2014), em consonância com a literatura internacional sobre o tema (Meyer, Jessen, & Ingran, 2005).

Esses acúmulos permitiram à literatura nacional superar uma visão autonomista e reconhecer que Estado e sociedade civil são formados por atores heterogêneos, que interagem de forma mais ou menos colaborativa a depender dos projetos e valores que compartilham (Dagnino, Olvera, & Panfichi, 2006; Silva & Oliveira, 2011). Além disso, mostraram que os movimentos constroem seus repertórios de ação de acordo as oportunidades e desafios colocados pela configuração das coalizões e governos com os quais interage (Tatagiba et al., 2018).

A constatação de que a atuação dos movimentos não se restringe às instituições participativas, se estendendo à burocracia e aos espaços de discussão de políticas públicas, possibilitou a abertura da agenda de pesquisa de participação, movimentos sociais e políticas públicas. Esses estudos têm sido desenvolvidos em interface com o campo de políticas

públicas, que contribui para complexificar as análises sobre dinâmicas, atores e estruturas que envolvem o processo de produção de políticas públicas (Pires, 2019; Pires, Lotta & Oliveira, 2018; Pereira, Lotta, & Bichir, 2018).

É importante dizer que essas interações e seu estudo não são recentes. Desde os anos 1988, a sociedade civil busca incidir sobre as prioridades públicas buscando canais alternativos à participação eleitoral, como os conselhos gestores. Inclusive, mesmo antes do período pós-constituinte, os movimentos se esforçavam para incidir na produção de políticas públicas (Gurza Lavalle & Szwako, 2015). A aposta dos atores sociais na luta “por dentro do Estado” (Tatagiba, 2009, p. 11) é uma marca dos movimentos brasileiros e latino-americanos – saídos de regimes autoritários ditatoriais reprodutores de dinâmicas de desigualdade social –, que defendiam a construção de instituições mais transparentes e democráticas como forma de ampliar o acesso da população a direitos e cidadania.

A agenda de pesquisa que apresentamos volta seu olhar para as experimentações realizadas nas duas últimas décadas, em um contexto de regime democrático e com configurações específicas geradas pelos governos do PT.

### **3. Sistematizando os trabalhos da agenda**

Os pesquisadores dessa agenda, aberta desde meados dos anos 2000, têm investigado as interações entre movimentos sociais e o campo político-institucional nas políticas públicas criadas durante os governos do PT, especialmente nos governos Lula (2003-2011) (Abers et al., 2014). Esse período foi caracterizado pela “ampliação sem precedentes das oportunidades para a participação, principalmente a partir da criação de novos espaços para o diálogo e a negociação entre Estado e organizações sociais.” (Tatagiba, 2009).

Essa maior permeabilidade dos subsistemas de políticas públicas à participação dos movimentos se deve a configuração do regime existente durante os governos petistas (Tatagiba et al., 2018). Para Tilly (2006 como citado em Tatagiba et al., 2018, p. 110), os regimes se caracterizam pela interação predominante entre um determinado conjunto de atores políticos dentro e fora do governo, e têm capacidade de estruturar as “oportunidades e constrangimentos à constituição e à atuação dos movimentos sociais”. Em outras palavras, a coalizão política

delimita o grau de permeabilidade do governo às demandas dos atores sociais e, conseqüentemente, sua inserção nos subsistemas de políticas públicas.

Conforme dito na introdução, os trabalhos analisados assumem como pressuposto central a mútua constituição das relações entre Estado e Sociedade Civil (Gurza Lavalle et al., 2012). Isso significa que a “capacidade de ação de atores sociais e instituições políticas são politicamente produzidas (gênese) pelas disputas” e interações historicamente realizadas entre os atores sociais e estatais (Gurza Lavalle et al., 2019, p. 44). É nesse processo de interação contínua que se expressa o fenômeno da mútua constituição. Em outras palavras, “movimentos sociais importam para as políticas públicas e [...] as políticas públicas, por sua vez, impactam a emergência, desenvolvimento e o sucesso dos movimentos” (Abers et al., 2019, p. 16).

Assim sendo, os pesquisadores dessa agenda têm se esforçado para responder questões que emergem dos dois sentidos da análise da mútua constituição. De um lado, buscam responder: os movimentos importam para a produção de política pública? Que condições favorecem ou limitam sua capacidade de influenciar na modelagem da política pública? Como sua atuação altera o funcionamento da burocracia, dos subsistemas de políticas públicas e das instituições? Como suas demandas se institucionalizam no tempo?

De outro: que ganhos e perdas essa aproximação coloca para os movimentos sociais? O quanto participar desses processos impacta a emergência, desenvolvimento e o sucesso dos movimentos? Como eles conseguem sustentar sua influência nos subsistemas de políticas públicas ao longo do tempo? Como esse processo é reabsorvido por suas organizações? Como eles se reorganizam internamente após participar da produção e implementação de uma política pública?

A seguir, apresentamos, primeiramente, os trabalhos que colaboram para entender a influência dos movimentos sociais sobre as políticas públicas. Em seguida, os que tratam dos efeitos dessa participação para os movimentos sociais. Por fim, introduzimos os modelos analíticos que foram inspirados pelos acúmulos dessa produção.

### *3.1. A incidência dos movimentos nas políticas públicas*



Buscando analisar mais atentamente a participação dos movimentos sociais na produção de políticas públicas, alguns pesquisadores analisaram o ativismo institucional realizado por burocratas e atores sociais no interior dos espaços de elaboração de políticas públicas. Um desses estudos foi realizado por Gutierrez (2018), que analisou a trajetória de ativistas do movimento em defesa da assistência social para analisar o processo de construção da Política Nacional de Serviço Social. Ao resgatar essas trajetórias, a autora identificou espaços importantes para a atuação dessa rede – como partido, gestão local e conselhos gestores – e verificou que os processos de regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social e de constituição do movimento estão intimamente entrelaçados.

O trabalho de Conti e Silva (2019) também mostra como a trajetória da política pública e do movimento social podem se influenciar e, até mesmo, se confundir. Seu estudo reconstrói a trajetória do sindicalismo rural cutista/Fetraf na formulação e implementação de políticas de crédito e de habitação rural. De acordo com os autores, o envolvimento do movimento na elaboração e execução dessas políticas, exigiu investimento em capacitação técnica de seus quadros e a construção de novas organizações que pudessem desempenhar as funções de implementação. Como resultado desse intenso direcionamento de recursos e quadros para as políticas de segurança alimentar e nutricional, restringiu as possibilidades de investimento em outros campos de políticas públicas foram restringidas (Conti & Silva, 2019).

Penna (2018) olhou para dentro do Estado para mostrar como os movimentos rurais influenciavam as políticas agrárias. Esse trabalho mostra que para entender as dinâmicas de produção e implementação de políticas públicas, é preciso olhar para a relação que movimentos sociais e burocracia estabelecem. A autora mostrou como ambos internalizaram elementos dessa relação de parceria ao longo da interação realizada na Superintendência do INCRA de Marabá. De um lado, os movimentos, ao participarem de espaços institucionais, aprenderam como funciona a burocracia, conseguiram maior acesso à informação e adquiriram maior conhecimento técnico sobre a execução das políticas públicas. De outro, os burocratas reconheceram as lideranças dos movimentos e passaram a realizar ações conjuntas.

Outro trabalho que avança nesse sentido é o de Carvalho (2019), que analisou como os encaixes institucionais realizados por três redes de movimentos de mulheres no Estado,



colaboraram para criar ou modificar políticas de apoio à saúde da mulher. Ao analisar as reações das três redes – por meio de documentos e comunicados oficiais produzidos por elas –, foi possível recuperar suas trajetórias e identificar “variações de abertura da burocracia estatal a umas e às outras redes com resultados claros no resultado das políticas elaboradas durante os anos recentes” (Carvalho, 2019, p. 324).

Brandão e Viana (2019) e Amaral (2019) também investigaram a participação de movimentos sociais na formulação de políticas públicas, mas o fizeram olhando para os programas associativos<sup>3</sup>, um “arranjo específico de política pública que se origina e se desenvolve a partir de uma forte dinâmica interativa e criativa que envolve Estado e movimentos sociais” (Blikstad, 2017, p. 24). Brandão e Viana (2019) compararam o processo de emergência de dois programas associativos, o Cataforte e o Minha Casa Minha Vida-Entidades (MCMV-E), para entender como burocracias de diferentes setores lidam com problemas comuns a implementação de programas associativos. Eles entendem que o entrelaçamento institucional é uma característica de governos federativos. Esse conceito foi desenvolvido por Abers e Keck (2013) para mostrar que as instituições são formadas por “complexos ambientes institucionais em que o poder é distribuído de acordo com diferentes lógicas entre múltiplas e heterogêneas organizações, com jurisdições compartilhadas de maneira ambígua” (Brandão & Viana, 2019, p. 150). Esse entrelaçamento intitucional ao mesmo tempo em que impõe barreiras para a ação, amplia a possibilidade de testar novas práticas. Essa maior abertura à inovação possibilita que atores com autoridade prática<sup>4</sup> contribuam com soluções criativas.

---

<sup>3</sup> Conceito desenvolvido por pesquisadoras do Nepac (Unicamp) para designar um conjunto de programas criados a partir de 2003. Eles são inspirados em experiências gestadas no nível local e têm como marca o reconhecimento formal das organizações da sociedade civil como protagonistas da implementação. Sua finalidade não é aliar a entrega de um serviço a processo de fortalecimento desses grupos sob o argumento de que essa participação conferirá maior qualidade aos projetos executados e o empoderamento das comunidades, o que os distingue dos demais modelos existentes de interação entre Estado e sociedade civil na implementação de políticas públicas (Tatagiba & Teixeira, 2019b). Até agora os programas associativos identificados são: Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, Programa Um Milhão de Cisternas, Política Nacional Cultura Viva, Programa de Aquisição de Alimentos (modalidade CDS) e Programa Cataforte.

<sup>4</sup> Esse conceito também foi cunhado por Abers e Keck (2013) e diz respeito a “um tipo de poder no qual as capacidades para resolver problemas e o reconhecimento delas por outras pessoas permite a um ator tomar decisões que outros atores políticos seguem” (Brandão & Viana, 2019, p. 150).

Esse estudo apontou que independente dos burocratas compartilharem previamente ou não as visões de mundo dos movimentos sociais que participaram das discussões sobre esses programas, eles se esforçaram para traduzir suas demandas para uma linguagem técnico-administrativa que possibilitasse transformá-las em “normas com viabilidade dentro da administração pública federal” (Brandão & Viana, 2019, p. 154). Além disso, a interação entre burocratas e lideranças de movimentos sociais ao longo da implementação desses programas colaborou para a reformulação de regras e, inclusive, das propostas iniciais sobre como cada programa deveria ser posto em prática.

Já Amaral (2019) estava interessado em entender como os enquadramentos<sup>5</sup> levados por ativistas para dentro do Estado ajudaram a nortear as discussões do grupo responsável por criar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). De acordo com o autor, entre os anos 1980 e 1990, as discussões sobre estratégias de combate à fome, promovidas pelo PT em conjunto com organizações da sociedade e redes de pesquisadores, levaram ao acoplamento dos enquadramentos de fortalecimento da agricultura familiar (FAF) e de fortalecimento da segurança alimentar e nutricional (FSAN), dando origem a um novo enquadramento que serviu de referencial para o que deveria ser o PAA (Amaral, 2019). Essas ideias e referências foram levadas para dentro do Estado, por ativistas que ocuparam cargos comissionados e de. A intensa interação entre eles e os servidores públicos produziu soluções criativas, que possibilitaram a esse grupo atuar nas brechas para estruturar alternativas legais para a criação do PAA.

Mais especificamente sobre o grupo que deu origem ao PAA, destacamos o trabalho de Müller, Silva, & Schneider (2012). Esses autores identificaram que a rede de política do PAA era composta por dezesseis atores – vindos de diferentes instituições estatais e da sociedade civil – que ocuparam cargos em ministérios, empresas públicas de abastecimento e no Conselho de Segurança Alimentar. A reconstrução da mostrou que esses atores compartilhavam ideias similares sobre como deveria ser o Programa. Esse compartilhamento de ideias era resultado dos anos de interação vividos por eles em diversos espaços, como, academia, movimentos

---

<sup>5</sup> Para o autor, enquadramentos são “se conformam a partir de uma estrutura de sentido construída pelo encontro de sujeitos em situações específicas que se produzem e reproduzem, tornando determinado conjunto de ideias uma matriz para a ação. Além disso, estão sempre em transformação, devido às interações coletivas que os produzem; nunca pela ação de sujeitos isolados.” (Amaral, 2019, p. 167)

sociais, burocracia e partido. Além disso, esse estudo mostrou que o lugar que cada ator ocupou dentro dessa rede de política foi essencial para que eles pudessem encontrar soluções criativas para diferentes problemas durante a elaboração do PAA. Esse estudo contribui para entender que o lugar ocupado pelos atores disponibiliza diferentes oportunidades e constrangimentos.

Outro trabalho que colabora para o avanço da agenda é o de Pereira (2018), que investigou como as mudanças na configuração do presidencialismo de coalizão dos governos petistas, entre 2003 e 2014, alteraram as oportunidades políticas para o movimento LGBT. Esse estudo mostrou que o movimento LGBT foi tendo suas possibilidades de ação restringidas – apesar de continuar sendo um ator reconhecido pelo governo – à medida que partidos conservadores aumentaram sua participação na coalizão de governo. A maior presença desses partidos exigiu que a chefia do Executivo cedesse “espaços aos seus aliados dessemelhantes em determinados subsistemas de políticas públicas, muitas vezes contrariando os interesses dos movimentos sociais e das burocracias que são próximas ao partido que ocupa a presidência” (Pereira, 2018, p. 244). Portanto, para entender as mudanças de oportunidades políticas para os movimentos dentro dos subsistemas de políticas públicas, não se pode perder de vista a distribuição de poder dentro das coalizões presidencialistas.

Como visto, ao investirem na análise de ideias, redes e trajetórias dos ativistas, esses trabalhos avançam na análise da mútua constituição ao mostrarem como atores vindos dos movimentos sociais disputavam a configuração das políticas públicas (Carvalho, 2019; Brandão & Viana, 2019; Amaral, 2019). Nesse contexto, muitas vezes, o processo de construção das políticas se confunde com a própria história desses movimentos (Gutierrez, 2018). Para participar desses espaços, os movimentos tiveram que ampliar sua estrutura organizacional e investir na capacitação técnica de seus quadros. No entanto, o alto investimento feito para acessar determinado setor de política pode impedir a participação em outros (Conti & Silva, 2019).

Os atores sociais e estatais podem internalizar elementos dessas interações (Penna, 2018; Amaral, 2019). Por exemplo, a partir do compartilhamento de valores os burocratas pode se esforçar para encontrar soluções criativas para incorporar as propostas vindas dos movimentos (Viana & Brandão, 2019; Penna, 2018). Também mostraram que o

posicionamento relacional dos atores importa para acessar recursos dentro dos espaços de produção de políticas (Müller et al., 2012). Além disso, esses atores precisam lidar tanto com a abertura/fechamento de oportunidades dentro dos espaços de decisão de políticas públicas (Carvalho, 2019; Viana & Brandão, 2019; Amaral, 2019) quanto no contexto político mais geral (Pereira, 2018).

### *3.2. O impacto dessa interação para os movimentos sociais*

Um outro conjunto de trabalhos voltou sua atenção para a participação dos movimentos sociais no processo de implementação dessas políticas. A opção por analisar as dinâmicas de interação entre atores sociais e estatais nos territórios possibilitou que esses estudos captassem efeitos dessa participação para os atores sociais. Sobre a implementação de programas associativos, destacamos os de Blikstad (2017), Hornhardt (2019) e Pismel (2018).

Blikstad (2017) investigou como uma organização de movimento de moradia exerceu a função de mediação entre o Estado e pessoas pobres na execução do MCMV-E. A autora sustenta que o Estado se faz presente na vida de grupos de pessoas pobres que demandam habitação por meio da mediação feita pelos movimentos de moradia. Esse estudo detalhou as atividades realizadas e as soluções criativas encontradas pela organização para resolver problemas durante a implementação.

Além disso, identificou que o papel de mediação assumido por ela na execução do MCMV-E gerou uma tensão dentro do campo de relações no qual o movimento se insere. Essa tensão tem a ver com a dificuldade de conciliar “reivindicações vistas como ‘materiais’, e por isso mais restritas e imediatas” com “reivindicações ‘políticas’, mais ampliadas e de longo prazo” (Blikstad, 2017, p. 142). A solução encontrada para amenizar essa tensão foi defender a proposta da autogestão. Dessa forma, o tempo de espera pelo atendimento da demanda urgente (habitação) seria um tempo de formação política daqueles que participam da base do movimento. Outra contribuição de seu trabalho foi mostrar a centralidade que a política pública adquiriu para os movimentos de moradia, pois os critérios de seleção do programa tiveram impacto direto nas formas de recrutamento de suas bases.

Hornhardt (2019) também olhou para a implementação do MCMV-E. Segundo a autora, sempre houve uma tensão latente nesses movimentos entre o fortalecimento da dimensão organizacional e de movimento social. Nesse caso, implementar o MCMV-E fez com que a lógica organizacional se fortalecesse em detrimento da lógica movimentalista, o que impactou profundamente o movimento, “tornando-o menos combativo e mais restrito àqueles que conseguem corresponder às normativas do programa” (Hornhardt, 2019, p. 94).

Já Pismel (2018; 2019) olhou para a fase de implementação do PAA para entender como organizações formadas por agricultores conseguiram entrar e implementar a modalidade CDS do PAA. Para isso, investigou como essas organizações se relacionavam dentro do campo multiorganizacional de implementação do PAA<sup>6</sup>. Os resultados mostraram que as organizações usaram estratégias similares do repertório de interação de movimentos sociais (Abers et. al, 2014) para resolver problemas durante sua implementação. A adoção dessas estratégias variou de acordo com a maior ou menor grau de abertura do PAA à atuação dessas organizações.

Sobre os efeitos dessa participação para os movimentos, sua essa pesquisa fornece pistas de que a dificuldade de conciliar a execução da política pública com as atividades do movimento gera tensões internas nas organizações de movimento social (Pismel, 2019). Esse efeito também foi notado por Silva e Schmitt (2012) ao compararem o processo de implementação do PAA na Bahia e no Rio Grande do Sul. Apesar do PAA ter fomentado novas redes de comercialização, sua implementação exigiu um outro ritmo de trabalho das organizações. Em organizações movimentalistas, isso fez com que novos perfis de militância fossem valorizados e provocou conflitos ao tensionar hierarquias (Silva & Schmitt, 2012).

No campo das políticas públicas destacamos o trabalho de Bonat (2016), que analisou o controle, por parte do Estado e da sociedade, da discricionariedade exercida pelas organizações não-governamentais responsáveis por implementar a Política Nacional Cultura Viva. Para isso, a autora analisou como os instrumentos dessa política foram implementados por esses atores. Esse estudo mostra como as regras e instrumentos do Programa foram sendo reformulados ou substituídos, a partir da interação entre atores sociais e estatais, visando adequá-los à realidade

---

<sup>6</sup> A autora adaptou o conceito de *campo multiorganizacional*, elaborado por Bert Klandermans (1992 como citado em Pismel, 2018), para nomear o conjunto de atores sociais e estatais envolvidos na dinâmica de implementação do PAA.

das organizações implementadoras e dos territórios onde era realizado. Outra contribuição foi mostrar o potencial que certas ações, inicialmente pensadas para fazer o acompanhamento do Programa, podem servir como recursos de pressão para disputar orçamento ou manter a continuidade do Programa<sup>7</sup>. Esse estudo também sugere que por ser gerido em rede, o Programa pode colaborar para mobilizar as bases dessas organizações.

Em síntese, esses trabalhos apontam que a implementação da política pública exige investimento de recursos e capacitação de quadros. Por um lado, isso possibilita às organizações de movimento social conhecer o funcionamento da burocracia e da política pública (Penna, 2018), acessar informações que podem ser usadas de forma criativa para modificar regras dos programas (Bonat, 2016), mobilizar estratégias de seu repertório para resolver problemas na implementação (Pismel, 2019) e fortalecer vínculos, gerar identidade e despertar processos mobilizatórios (Blikstad, 2017; Bonat, 2016).

Por outro, o alto custo dessa participação pode restringir a atuação dos movimentos a determinados setores de política pública (Conti & Silva, 2019) e gerar tensões internas a eles ou em suas redes de apoiadores. Por exemplo, o investimento feito em determinado programa pode fazer com que aliados entendam que o movimento deixou de investir na luta política para se dedicar a conquista de reivindicações materiais (Blikstad, 2017; Hornhardt, 2019). Esses atritos também podem ocorrer devido à dificuldade de conciliar a lógica movimentalista e a da política pública, o que gera tensões nas dinâmicas internas dos movimentos (Pismel, 2019; Silva & Schmitt (2012).

Esses estudos contribuíram para ampliar o conhecimento sobre as exigências que a política pública coloca para a participação dos movimentos e sobre as interações que atores sociais e estatais desenvolvem ao longo desse processo. Porém, ainda dizem pouco sobre o impacto disso para as dinâmicas internas dos movimentos. Se implementar um programa gera tensões entre o movimento e seus apoiadores, como os movimentos lidam com isso? Se as funções de implementação exigem um outro perfil de militante ou de base, que conflitos isso aciona e como são negociados internamente? Se implementar política pública pode adensar redes e favorecer processos mobilizatórios, como isso ocorre? Como as organizações de

---

<sup>7</sup> Por exemplo, um levantamento sobre os grupos culturais que atuam em determinado local pode ser usado para mostrar ao governo a importância de investir em políticas culturais naquele território.

movimento conseguem administrar no cotidiano com os problemas gerados pela tensão entre a lógica movimentalista e a lógica da política pública? Essas são algumas questões abertas por esses estudos e sobre as quais pretendemos nos dedicar futuramente.

### *3.3. Elaboração de modelos analíticos*

As pesquisas realizadas por essa rede colaboraram para o desenvolvimento de dois modelos analíticos para apreender os processos e mecanismos utilizados pelos movimentos sociais para arquitetar pontos de acesso no Estado e fazer avançar suas demandas. O primeiro foi desenvolvido por pesquisadores do NDAC para entender o processo de institucionalização de demandas dos movimentos através de encaixes institucionais no Estado (Gurza Lavalle et al., 2019). O segundo foi formulado por Tatagiba et al. (2018) para compreender como os movimentos acessam subsistemas de políticas públicas e pautam modelos alternativos de políticas.

Sobre o primeiro, Gurza Lavalle et al. (2019) e Carlos, Dowbor e Albuquerque (2017) mostram como os atores sociais conseguem pautar demandas e institucionalizar canais de acesso ao Estado. Eles partem do pressuposto da mútua constituição para mostrar o quanto esses campos definem um ao outro a partir da relação que estabelecem. Dessa forma, a ação dos movimentos seria fortemente informada “pelas políticas públicas e pelas regras institucionais que definem suas formas de participação [e que tais políticas e regras, por sua vez, resultam da]... construção institucional em que os próprios movimentos participaram” (Gurza Lavalle et al., 2019, p. 16). Assim, atores sociais e estatais não se relacionam a partir de terrenos fixos separados, mas participam da construção destes.

Para os autores, uma forma de analisar os processos de formação de pontos de acesso ao Estado é olhar para os encaixes institucionais, conceito emprestado de Theda Skocpol e que vem da abordagem neo-institucionalista histórica. Dessa forma, encaixes são

Sedimentações institucionais de processos de interação socioestatal que ganham vida própria (artefatos: instrumentos, regras, leis, programas, instâncias, órgãos) e mediante as quais atores sociais são, em alguma medida, bem-sucedidos em dirigir de modo contínuo a seletividade das instituições



políticas ao seu favor, ampliando sua capacidade de agir. (Gurza Lavalle et al., 2019, p. 47).

Portanto, um encaixe institucional é uma construção contínua que resulta de processos de interação e adquire densidade própria. Ele se diferencia de outras conquistas dos movimentos, pois tem a capacidade de alongar no tempo “a capacidade de influência dos atores concedendo-lhes alguma vantagem e algum grau de agência” (Gurza Lavalle et al., 2019, p. 50).

Os encaixes podem operar em diferentes níveis de autoridade (vertical e horizontal). Isso determina sua durabilidade e influência e colabora para a construção de domínios de agência, que são esferas de competência e dizem respeito à capacidade de “agir em determinado âmbito sob responsabilidade direta ou indireta do Estado, notadamente em campos de políticas sociais” (Gurza Lavalle et al., 2019, p. 51).

Desse modo, os encaixes construídos pelos movimentos no Estado e os domínios de agência conferem a esses atores sociais legitimidade de atuação e poder de influenciar a política e o processo de decisão. A institucionalização de demandas e recursos dos movimentos sociais é importante, pois cristaliza ideias e valores e protege as agendas que defendem de contingências da política. Contudo, essa atuação não elimina a adoção de outras formas de ação, como mobilização nas ruas, pois encaixes são suscetíveis à mudança, como alterações nas coalizões governantes (Carlos et al., 2017).

O segundo modelo foi proposto por Tatagiba et al. (2018), que investigaram as condições que favorecem ou limitam a influência dos movimentos na modelagem de políticas públicas. Para isso, os autores analisaram os mecanismos utilizados por eles para se inserir das disputas em torno das políticas públicas. Sua análise adota três pressupostos centrais. Primeiro: movimentos sociais atuam nos subsistemas de políticas públicas com o intuito de construir modelos alternativos que traduzem seus projetos políticos em propostas concretas. Logo, participam do processo de produção da política pública propondo e experimentando novos modelos que concorrem com outros já existentes.

Segundo: a concorrência entre diferentes modelos implica disputar a configuração das próprias instituições, pois os movimentos não buscam somente realizar suas demandas através

da produção de políticas específicas, mas também propor inovações institucionais e disputar a própria configuração dos subsistemas de políticas públicas e do regime. Isso se dá porque os conflitos que os movimentos acionam dizem respeito “às diferentes concepções (projetos políticos) sobre como a sociedade deve ser organizada” (Tatagiba et al., 2018, p. 106).

Terceiro: a atuação desses atores coletivos e os resultados que conquistam estão condicionados às características do regime, dos subsistemas e dos movimentos sociais. Dito isso, os movimentos são lidos como um tipo de ator/rede que participa de processos relacionais e experimentais de política pública e que disputam sua configuração final.

Isso ocorre da seguinte forma. Os movimentos constroem e implementam modelos alternativos de políticas públicas a partir de experimentações em pequena escala. A realização desses projetos-piloto pode ocorrer tanto em espaços societários quanto estatais. Como os atores do movimento possuem atuação multiescalar – ou seja, atuam em diversos níveis (do municipal ao federal) –, eles migram de um nível a outro de acordo com o grau de abertura ou fechamento de oportunidades para participar da construção e implementação de modelos alternativos. Sempre que acessam novos subsistemas, os movimentos participam de processos de negociação e confronto com outros atores, que já haviam sido reconhecidos como legítimos pelos tomadores de decisão e que defendem outros modelos de política pública.

As possibilidades de entrada e atuação dos movimentos nos subsistemas são condicionadas por dois fatores. Primeiro, pela configuração do regime, “que define as relações dos movimentos sociais com outros atores politicamente relevantes, incluindo o governo, em função dos projetos políticos por estes defendidos” (Tatagiba et al., 2018, p. 113). Segundo, pela própria configuração do subsistema de política pública, que possui estrutura de relações e modelos dominantes. É com base nos desafios e oportunidades colocados por esse duplo condicionamento que os movimentos sociais constroem seus repertórios para defender suas propostas.

Portanto, tão importante quanto entender a capacidade de um movimento influenciar as políticas públicas é entender o processo de interação entre ele e outros atores. Sobre isso, os autores destacam que é de extrema importância “apreender empiricamente as relações de colaboração entre movimentos sociais e instituições-administrativas nos subsistemas de

políticas públicas”, que podem ser captadas “a partir do ativismo de atores localizados no interior da burocracia, o que vem sendo chamado de ativismo institucional” (Tatagiba et al., 2018, p. 112).

Esses modelos contribuem para sanar uma deficiência dessa agenda, qual seja, a criação de ferramentas analíticas para apreender a aproximação entre atores sociais e estatais. Assim como os trabalhos analisados anteriormente, esses modelos direcionam suas lentes os processos interativos realizados entre movimentos sociais, burocratas e seus apoiadores e opositores. Por isso, talvez não ajudem a responder as perguntas levantadas no subitem anterior. Para conseguir olhar para dentro do movimento social e compreender como suas dinâmicas organizativas se reestruturam a partir de sua participação na produção e implementação de políticas públicas, precisaremos desenvolver um modelo que se ajuste a suas especificidades.

#### **4. Considerações finais**

Neste artigo realizamos um primeiro esforço de sistematização de parte dos trabalhos da agenda de pesquisa sobre movimentos sociais e políticas. Essa agenda foi aberta em meados dos anos 2000 para compreender as diversas experimentações criativas que estavam sendo realizadas naquele momento entre atores sociais e estatais. Como os trabalhos analisados são orientados pelo pressuposto da mútua constituição, nosso objetivo era entender como esses autores e autoras estavam conseguindo iluminar essas duas dimensões. Ou seja, de um lado, os efeitos dessa interação na política pública e, de outro, sobre os movimentos sociais. Os dados apresentados neste artigo mostram que essa literatura contribuiu nas duas direções da análise e ofertou dois modelos analíticos para compreender como movimentos incidem na formulação de políticas públicas. Entretanto, apesar das valiosas contribuições, esses estudos abriram novas outras frentes nas quais precisamos avançar.

Como exposto anteriormente, uma dessas lacunas diz respeito aos efeitos da participação nas políticas públicas sobre as dinâmicas internas dos movimentos. Os estudos apontaram que podem ocorrer alterações de perfil de militantes e recrutamento da base e tensões entre movimento e base. Mas para entender como os movimentos absorvem esses efeitos e lidam as tensões postas por essa participação, é preciso olhar mais intensamente para

dentro dos movimentos. Além disso, seria interessante avançar na análise da atuação multiescalar dos movimentos para entender como participar da implementação de um programa em diferentes níveis pode colocar desafios diferentes ou abrir oportunidades para suas organizações. Outros trabalhos podem investigar a atuação dos movimentos em distintos subsistemas de políticas públicas para entender como atuar em um subsistema pode ampliar ou diminuir as chances de acessar outros. Trabalhos que comparem experiências de implementação (de um mesmo programa ou não) também são bem-vindos, pois ajudarão a ampliar o conhecimento sobre as estratégias e soluções criativas usadas por atores sociais e estatais para lidar com os desafios vividos nesse processo.

Tendo em vista que esses conceitos e modelos têm sido pensados para analisar a participação de movimentos sociais historicamente localizados no campo progressista, será que eles podem ser usados para analisar o acesso de movimentos de direita aos subsistemas de políticas públicas?

Por fim, levando em consideração que vários desses programas foram desativados ou sofreram corte de recursos, seria interessante investigar como os movimentos que participaram de sua produção/implementação avaliam essas experiências. Isso nos ajudaria a entender se e como a *expertise* acumulada por esses atores pode ser usada para reposicioná-los dentro dos subsistemas de políticas públicas quando o regime se altera.

Aprofundar essas análises é importante, pois se movimentos sociais são por excelência os atores que explicitam conflitos, “que tensionam a opinião pública e escancaram problemas estruturais da sociedade” (Trindade, 2017, p. 276), é preciso entender como eles absorveram os resultados dessas interações, que foram experimentadas durante um regime mais permeável às suas demandas e que os acolhia como atores políticos em seus subsistemas de políticas públicas (Abers et al, 2018). Esse esforço contribuirá para a realização de análises mais completas sobre como esses atores coletivos se refazem e lidam com os desafios postos pela recente alteração do contexto político. Esperamos que essa sistematização inicial da literatura incentive a realização de novas pesquisas e colabore para ampliar a interlocução entre pesquisadores dentro dessa temática.

## **Referências**

Abers, R., Albuquerque, M. do C., Carlos, E., Dowbor, M., Romão, W., Kunrath Silva, M., Tatagiba, L., & Teixeira, A. C. (2019). Introdução. In TATAGIBA, L. F., & Teixeira, A. C. (Coord.) *Movimentos sociais e políticas públicas* (pp. 9-20). São Paulo: Editora Unesp.

Abers, R., & Tatagiba, L. (Orgs.) (2018, setembro/dezembro). Dossiê - Movimentos Sociais, Estado e Políticas Públicas: abordagens e casos. *Lua Nova*, São Paulo, 105.

Abers, R. N., Serafim, L., & Tatagiba, L. (2014, abril/junho). Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A experiência na era Lula. *Revista Dados*, 57 (2), 325-357.

Abers, R. N., & Silva, M. K.; Tatagiba, L. (2018, setembro/dezembro). Movimentos Sociais e Políticas Públicas: repensando atores e oportunidades políticas. *Lua Nova*, 105, 15-46.

Abers, R., & Keck, M. (2013). *Practical Authority: Agency and Institutional Change in Brazilian Water Politics*. (1.ed.). Oxford e New York: Oxford University Press.

Abers, R. N., & Von Bülow, M. (2011), Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? *Sociologias*, Porto Alegre, 13, 52-84.

Amaral, L. A. (2019). Entre enquadramentos e agências: gestão do Programa de Aquisição de Alimentos pela ótica do ativismo institucional. In Tatagiba, L. F., & Teixeira, A. C. (Coord.) *Movimentos sociais e políticas públicas*. São Paulo: Editora Unesp.

Banaszak, L. A. (2005). Inside and outside the state: movement insider status, tactics, and public policy achievements. In: Meyer, D. S.; Jenness, V., & Ingram, H. M. (Coord.). *Routing the opposition: social movements, public policy, and democracy* (pp. 149-176). University of Minnesota Press.

Blikstad, K. (2017). *Movimentos sociais de pessoas pobres: entre as urgências e o direito* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, Brasil.

Bonat, J. (2016). *Organizações não governamentais na implementação de políticas públicas: o caso do Programa Cultura Viva* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do ABC. São Bernardo do Campo, SP, Brasil.

Brandão, I. R., & Viana, R. R. (2019). Reconfigurar a ação pública: ativismo e criatividade política nos Programas Cataforte e Minha Casa Minha Vida - Entidades. In Tatagiba, L. F., & Teixeira, A. C. (Coord.) *Movimentos sociais e políticas públicas*. São Paulo: Editora Unesp.

Cardoso, R. (1987, fev.). Movimentos sociais na América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 3 (1).

Carlos, E., Dowbor, M., & Albuquerque, M. C. A. (2017, maio/agosto). Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: balanço do debate e proposições analíticas. *Civitas*, Porto Alegre, 17 (2), 360-378.

Carvalho, L. P. de (2019). Feminismos, movimentos de mulheres e as políticas de saúde para as mulheres. In Gurza Lavallo, A., Carlos, E., Dowbor, M., & Szwako, J. *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

Conti, I. L., & Silva, M. K. (2019). As organizações de movimentos sociais e o campo estatal: análise de trajetória do sindicalismo rural cutista/Fetraf. In Tatagiba, L. F., & Teixeira, A. C. (Coord.) *Movimentos sociais e políticas públicas*. São Paulo: Editora Unesp.

Dagnino, E., Oliveira, A. J., & Panfichi, A. (2006). Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In Dagnino, E., Oliveira, A. J., & Panfichi, A. (orgs.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo/Campinas, Paz e Terra/Editora da Unicamp.

Goldstone, J. A. (2004). More social movements or fewer? Beyond political opportunity structures to relational fields. *Theory and society*, 33 (3-4), 333-365.

Gurza Lavallo, A., Carlos, E., Dowbor, M., & Szwako, J. (2019). *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

Gurza Lavallo, A., Houtzager, P. P., & Castello, G. (2012) A construção política das sociedades civis. In: Gurza Lavallo, A. (Coord.) *O horizonte da política: questões emergentes e agendas de pesquisa*. São Paulo: Unesp.

Gurza Lavallo, A., & Szwako, J. (2015, abril). Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. *Opinião Pública* (UNICAMP, Impresso), 21(1), 1-31.

Gutierrez, K. A. (2018, setembro/dezembro). Estudo de trajetórias e interações socioestatais: mútua constituição entre movimento social e a Política Pública de Assistência Social. *Lua Nova*, 105, 81-144.

Hornhart, A. M. (2019) Quem mais participa mais conquista: Os desafios de ser movimento e atuar na execução de programas habitacionais. In Tatagiba, L. F. & Teixeira, A. C. (Coord.) *Movimentos sociais e políticas públicas*. São Paulo: Editora Unesp.

MELUCCI, A. (1989). Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova*, 17, 49-66.

Müller, A. L., Silva, M. K., & Schneider, S. (2012). A construção de políticas públicas para a agricultura familiar o Brasil: o Programa de Aquisição de Alimentos. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura* (UFRJ), Rio de Janeiro, 20 (1), 103-138.

Penna, C. (2018, setembro/dezembro). Gênese da relação de parceria entre INCRA e movimentos sociais como modelo para implementação de políticas de reforma agrária. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (105), 115-148.

Pereira, G., Lotta, G. S., & Bichir, R. M. (2018). Implementação de políticas públicas no nível intramunicipal: o caso das Supervisões de Assistência Social da cidade de São Paulo. *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais*, 3, 286-311.

Pereira, M. M. (2018, setembro/dezembro). Oportunidades políticas em um presidencialismo de coalizão. *Lua Nova*, v. 105, 217-252.

Pires, R. (Coord.) (2019) *Implementando Desigualdades: Reprodução de Desigualdades na Implementação de Políticas Públicas*. (1ed.) Brasília: Ipea.

Pires, R., & Vaz, A. (2014). Para além da participação: interfaces socioestatais no governo federal. *Lua Nova*, 93.

Pires, R., Lotta, G., & Oliveira, V. E. (Coord.) (2018). *Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas*. Brasília: Ipea, Enap.

Tatagiba, L. F., & Teixeira, A. C. C. (2019). Movimentos sociais e políticas públicas no ciclo dos governos petistas. A controversa novidade dos programas associativos. In Tatagiba, L. F., & Teixeira, A. C. C. (Coord). *Movimentos sociais e a construção de políticas pública*. São Paulo: Editora Unesp.

Pismel, A. (2019). Mobilizando estratégias para acessar campos: um estudo de caso sobre a implementação do PAA por uma cooperativa de assentados. In Tatagiba, L. F., & Teixeira, A. C. C. (Coord). *Movimentos sociais e a construção de políticas pública*. São Paulo: Editora Unesp.

Silva, M. K., & Schmitt, C. J. (2012). Políticas em Rede: uma análise comparativa das interdependências entre o Programa de Aquisição de Alimentos e as redes associativas na Bahia e no Rio Grande do Sul. In: *36º Encontro Anual da ANPOCS*.



Silva, M. K., & Oliveira, G. (2011). A face oculta (da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento - uma análise do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, 13 (28), 86-124.

Tarrow, S. (1997). *El poder en movimiento: los movimientos sociales, la acción colectiva y la política*. Madrid: Alianza.

Tatagiba, L. (2009). *Relação entre movimentos sociais e instituições políticas no cenário brasileiro recente. Reflexões em torno de uma agenda preliminar de pesquisa*. Mimeo.

Tatagiba, L. F., Abers, R., & Silva, M. K. (2018). Movimentos Sociais e Políticas Públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos. In: Pires, R., Lotta, G., & Oliveira, V. E. (Coord.). *Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas*. Brasília: Ipea, Enap.

Tatagiba, L. F., & Teixeira, A. C. C. (Coord). (2019a) *Movimentos sociais e a construção de políticas pública*. São Paulo: Editora Unesp.

\_\_\_\_\_ (2019b). Movimentos sociais e políticas públicas no ciclo dos governos petistas: a controversa novidade dos programas associativos. In Tatagiba, L. F., & Teixeira, A. C. C. (Coord). *Movimentos sociais e a construção de políticas pública*. São Paulo: Editora Unesp.

Trindade, T. A. (2017). *Protesto e Democracia: ocupações urbanas e luta pelo direito à cidade*. (1 ed.) Jundiaí, SP: Paco Editorial.